

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.526.362 - RS (2019/0182145-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : CELIA MARIA COSTA CECERE  
**ADVOGADOS** : ARY SILVA JÚNIOR - RS049764  
AFFONSO CELSO PUPE DA SILVEIRA NETO - RS092346  
HELENIRA DIAS SILVA - RS089954  
**AGRAVADO** : ANTONIO CARLOS GENTIL DA CRUZ  
**AGRAVADO** : VILMA ALMEIDA DA ROSA  
**AGRAVADO** : LUIZ ARTHUR SOUTO PEREIRA  
**ADVOGADO** : VALDIR DE CARVALHO BARROCO - RS022753

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 7/STJ e 283/STF (e-STJ fls. 794/800).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 695):

Apelação cível. Ação anulatória da arrematação judicial na execução. Falta da intimação da proprietária do imóvel penhorado para a hasta pública. Preço vil decorrente da época da avaliação e da arrematação.

A proprietária do imóvel penhorado, que adquiriu como companheira do executado em união estável, deve ser intimada da penhora, independente da intimação à hasta pública, para a qual dever ser intimado o executado.

Intimada da penhora pode e deve exercer a defesa que tiver.

Incumbe à parte, que alega o preço vil pelo transcurso do tempo entre a avaliação e a arrematação, demonstrar a sobre valorização do imóvel que desqualifica o preço da arrematação.

Apelação desprovida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 711/716).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 728/766), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a agravante apontou ofensa aos arts. 37, 234, 247, 687, § 5º, e 694, § 1º, do CPC/1973. Sustentou, em síntese, nulidade da arrematação por falta de intimação pessoal da data da hasta pública, com as devidas formalidades legais.

Defendeu ainda que deve ser considerado inexistente qualquer manifestação nos autos feita por procurador sem poderes para tanto.

No agravo (e-STJ fls. 802/841), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 842).

É o relatório.

Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

Em relação à apontada violação dos arts. 37, 687, § 5º, e 694, § 1º, do CPC/1973, segundo assente na jurisprudência desta Corte Superior, "não enseja interposição de recurso especial matéria que não tenha sido ventilada no aresto atacado e sobre a qual, embora tenham sido opostos os embargos declaratórios competentes, o órgão julgador não se pronunciou, tampouco houve alegação, por parte do interessado, de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Incidência da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça" (AgInt no AREsp n. 1.100.940/RJ, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/9/2017, DJe 28/9/2017).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.098.633/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017.)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

(...)

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.

(...)

06. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.639.314/MG, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017.)

No presente caso, constata-se que o Tribunal *a quo* não se manifestou a

respeito dos temas abordados pelos artigos supracitados. A recorrente, por sua vez, não apontou em suas razões recursais ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 (CPC/1973, art. 535).

Dessa forma, não havendo nas razões recursais provocação para discussão do assunto, apesar dos aclaratórios opostos, a matéria carece de prequestionamento, incidindo o óbice da Súmula n. 211/STJ.

Ademais, a respeito da alegada nulidade da arrematação por ausência de intimação, verifica-se que a recorrente pretende o reexame de prova dos autos.

Sobre a controvérsia, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 697/698):

Ocorreu na execução que o exequente requereu e obteve a penhora do imóvel pertencente e em nome da companheira na proporção de 50%, com relação ao que não houve oposição e consolidou-se como se providenciou a intimação da penhora (dos autos da execução, fls. 152, 154, 156, penhora por termo lavrado pelo Escrivão, 211, anverso e verso, o mandado de intimação da penhora regularmente cumprido pelo Oficial de Justiça).

A avaliação, feita por Engenharia Civil em maio de 2007, estipulou 29.226,25 (fls. 177 e 184, principalmente).

A arrematação ocorreu em 23 de novembro de 2010 pelo valor de R\$ 36.000,00, pela totalidade do imóvel (fl. 241).

Assim, sendo a penhora de 50% e a arrematação de 100%, o resultado da arrematação destina-se ao credor na proporção de 50%, como se tem entendido e procedeu-se na execução.

A lei exige a intimação do executado à hasta pública, e a companheira em nome de que se encontrava o imóvel penhorado foi intimada por mandado da penhora, o que se exigia ao conhecimento dela e a partir do que podia e devia ter adotado as providências cabíveis, entretanto, deixou de adotá-las, para fazê-lo apenas agora, por ocasião da ação em maio de 2013.

A penhora consolidou-se, propiciou a arrematação por terceiro de boa, que pagou o preço, e são as circunstâncias que mais importam, ainda que pudesse ter promovido outra espécie melhor de defesa.

O juízo ainda mandou intimar para alegação de prejuízo -o que não era necessário e se adotou por ser aconselhável (fl. 282, itens 2 e 4), e a apelante foi intimada por mandado, e o executado, seu companheiro, na pessoa do procurador (fl. 292 a nota de expediente, fl. 295, verso, a assinatura da apelante intimada pessoalmente por mandado regularmente cumprido pela Oficial de Justiça, segundo volume dos autos da execução).

Adveio petição em nome do executado alegando que não está comprovada a união estável com a apelante (fl. 297 dos autos da execução). O exequente contrariou tal petição, o casal tem filhos em comum e residiam no imóvel há anos, em união estável, quando adquirido em nome da companheira (fl. 299). O juízo mandou prosseguir (fl. 299). O exequente peticionou pela metade, ou 50%, do valor da arrematação (fl. 302 que se remete à 244). Expediu-se o título judicial da arrematação que foi registrado na matrícula (fl. 318).

São estas as principais circunstâncias determinantes do julgamento. Se a demandante e apelante tinha defesa, deixou de realizá-la. Consolidou-se a propriedade com o terceiro de boa fé adquirente na arrematação, de encontro ao qual pessoalmente nada se alega. Intimada a apelante da penhora, como proprietária do imóvel em união estável com o executado, cumpriu-se a lei.

O acórdão recorrido, com base nos elementos de prova, concluiu que as

# *Superior Tribunal de Justiça*

formalidades legais foram observadas e que a agravante foi devidamente intimada, inclusive para se manifestar a respeito de eventual prejuízo, mantendo-se, porém, inerte. Rever esse entendimento é inviável no âmbito do recurso especial, haja vista o impedimento da Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator